



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1007390-63.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Cleury Carloni Pupo Castilho**
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**
 Prioridade Idoso

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

Fundamento e decido.

O processo comporta julgamento no estado em que se encontra.

Com efeito consta da inicial que o CPF da autora foi relacionado pelo requerido à pessoa de Luiz Carlos Telles Rodrigues, devido provavelmente a algum erro interno de cadastramento. Assim, em vista o fato desta pessoa se encontrar em débito junto ao requerido, foram distribuídas diversas ações de execuções fiscais, bem como protestos junto ao Cartório de Títulos relacionando o CPF da autora, sendo ainda seu nome inscrito nos órgão de proteção ao crédito de forma equivocada.

Este fato causou problemas na renovação de contrato junto ao Banco do Brasil, pelo o que sofreu a autora ofensa a sua honra e ainda fortes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

abalos emocionais.

Nota-se que a autora não deu causa ao ocorrido, bem como o fato não decorreu de mera fatalidade, ou caso fortuito, o que excluiria a responsabilidade do requerido.

A culpa do requerido resultou da falta de conferência de seus cadastros, de modo que as anotações feitas em nome da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito, bem como os protestos e distribuições de ações fiscais, se deram em atitude abusiva. Deste modo, indevida a inscrição do nome da autora junto aos órgão de restrição ao crédito, pelo fato das dívidas não pertencerem a ela e sim a pessoa de Luiz Carlos Telles Rodrigues.

No tocante aos danos morais arguidos, as cobranças indevidas mencionadas na inicial, bem como os transtornos psicológicos gerados em razão da negatização e protesto de seu nome, cediço que nefastos são os efeitos de tal inscrição, justificam os danos morais reclamados. No entanto, o valor pretendido se mostra excessivo em face das circunstâncias apontadas e da orientação da jurisprudência.

Melhor se ajusta o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) corrigidos a partir desta sentença, conforme disposição da Súmula nº 362, do Superior Tribunal de Justiça, com juros de mora a contar da citação. Consigne-se, ainda, o entendimento pacificado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que *"Na ação de indenização por dano moral a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca"* (Súmula 326), daí porque a ação deve ser julgada inteiramente procedente.

Ante o exposto **JULGO PROCEDENTE** a ação para determinar ao requerido que exclua o CPF da autora dos débitos tributários em execução nos processos nº 0500130-85.2001; 0500489-20.2010; 0500491-87.2010;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

0505919-11.2014; 0505921-78.2014; 1505533-56.2017 e 1505729-26.2017, bem como realize baixa dos protestos vinculados às CDA's nº 497/2010 e 86 86/2017 e ainda a exclusão definitiva do nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, retificando seu cadastro municipal para excluir o CPF da autora do nome de Luiz Carlos Telles Rodrigues. Condene ainda o requerido no pagamento da quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais) à título de danos morais, atualizada monetariamente a partir da data desta sentença e acrescida de juros de mora legais desde a citação, aplicando-se o artigo 5º da Lei n.º 11.960/09, nos termos do Recurso Especial nº 870.947.

Custas e despesas processuais na forma da Lei nº 9.099/95.

Sentença não sujeita a reexame necessário.

P.R.I.

Araraquara, 08 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**